



## Trabalhos Científicos

**Título:** Análise Do Sentimento Vivenciado Pelas Mães Vivendo Com Hiv Diante Do Impedimento Da Amamentação

**Autores:** Samantha Faria de Matos / Irmandade de Misericórdia da Santa Casa de São Paulo; Fátia Jacqueline Almeida / Irmandade de Misericórdia da Santa Casa de São Paulo; Daniel Jarovsky / Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo; Mariana Volpe Arnoni / Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo; Marcelo Jenne Mimiça / Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo; Eitan Naaman Berezin / Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo; Marco Aurelio Palazzi Sáfadi / Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo;

**Resumo:** Introdução: Os benefícios do leite materno para o recém nascido não inegáveis, sua importância nutricional, proteção contra doenças agudas e crônicas, desenvolvimento neurocognitivo e vínculo mãe-filho recomendam seu estímulo na maioria das situações. Uma das poucas contra-indicações ao aleitamento materno é a infecção materna pelo HIV. Em países onde o risco de desnutrição e doenças infecciosas na primeira infância é ainda prevalente, o aleitamento materno de mães vivendo com HIV é permitido visto o risco-benefício. Nesses locais, as baixas taxas de transmissão da infecção para o lactente tem posto em cheque esse impedimento. Estudos em países desenvolvidos começam a analisar a segurança para que mães com boa adesão ao tratamento e carga viral indetectável possam amamentar, mantendo a profilaxia medicamentosa do bebê e seguimento clínico-laboratorial do binômio mãe-filho. Numa outra vertente de pesquisa, alguns estudos focam a mãe, os sentimentos gerados e o impacto somático, psíquico e social do impedimento da amamentação. Objetivos: Avaliar os sentimentos envolvidos no impedimento de amamentar de mães vivendo com HIV em serviço terciário de saúde. Resultados: Doze mulheres foram entrevistadas, destas, 11 manifestaram desejo de amamentar e o motivo mais citado foram os benefícios do leite materno na saúde e desenvolvimento de seus filhos, além de expandir o vínculo com seus bebês e a possibilidade de consolo do filho. As informações durante o pré-natal sobre esse tema aparentemente foram adequadas e suficientes. Onze das doze mães interrogadas chegaram ao fim da gestação sabendo do impedimento de amamentar. Além disso, a maioria (8/12) foi orientada sobre a necessidade de inibição da lactação e seus métodos. Em contrapartida, na assistência hospitalar das 12 mulheres entrevistadas, apesar de nove terem suas cargas virais indetectáveis no terceiro trimestre de gestação, apenas uma mãe realizou parto vaginal. Dez foram submetidas à cesárea, três não tinham registro de carga viral indetectável no terceiro trimestre de gestação, uma das mulheres teve indicação por iteratividade e uma relatou necessidade de intervenção cirúrgica por emergência obstétrica. Ou seja, apesar de já conhecida a possibilidade de via vaginal para parturientes vivendo com HIV e doença controlada, cinco das mães aparentemente não tiveram essa opção. A maioria das mulheres (10/12) foi instruída sobre a obtenção gratuita de fórmula infantil. Uma das mães foi instruída do processo durante a entrevista e apenas uma delas necessitou comprar a fórmula infantil. Demonstrando assim eficiência do sistema de saúde no cuidado ao recém nascido. Conclusão: Apesar de mantida contra-indicação absoluta à amamentação no Brasil, cuidado especial deve ser dado à saúde mental das mulheres que são impedidas de exercer uma função fisiológica e, muitas vezes, desejada e idealizada.